

# Alemanha e França compraram madeira ilegal do Brasil, indica a PF

Na cúpula dos Brics, Jair Bolsonaro ameaça divulgar lista com outros compradores europeus

Ricardo Della Coletta,  
Julia Chaib e Fábio Pupo

**BRASÍLIA** Uma operação da Polícia Federal que apreendeu madeira ilegal que seria exportada para oito países europeus foi usada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para ameaçar a divulgação de uma lista de nações que compram o material extraído de forma irregular da Amazônia.

A Operação Arquimedes da PF resultou na apreensão de 120 contêineres com 2.400 m<sup>3</sup> de madeira extraída ilegalmente e que seria vendida para empresas importadoras na Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Holanda, Portugal e Reino Unido.

A operação foi deflagrada em 2017 e teve novas etapas nos anos posteriores.

Sem citar a operação ou o nome dos países, Bolsonaro se queixou nesta terça-feira (17) de "ataques injustificáveis" à política ambiental do governo e prometeu tornar público os países que são receptores de madeira ilegal.

A ameaça é mais uma reação do presidente às críticas que tem recebido diante do aumento de desmatamento na Amazônia e da onda de queimadas na região e no Pantanal.

"A nossa Polícia Federal desenvolveu um método para permitir a localização da origem de madeira apreendida. Não apenas apreendida, mas o mais importante: a exportada também. Estaremos revelando nos próximos dias países que têm importado madeira extraída de forma ilegal da Amazônia", declarou o presidente, durante a cúpula virtual dos Brics (grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

"Alguns desses países são os mais severos críticos ao meu governo no tocante a essa região amazônica", ressaltou.

"Revelaremos nos próximos dias o nome dos países que importam essa madeira ilegal nossa, através da imensidão que é a região amazônica. Porque daí sim estaremos mostrando que esses países, alguns deles que muito nos criticam, em parte têm responsabilidade nessa questão", disse.

A tecnologia para o rastreamento de madeira citada por Bolsonaro é usada pela Superintendência da Polícia Federal do Amazonas. O objetivo é analisar as moléculas de hidrogênio, carbono e enxofre



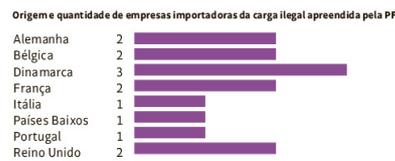
Fiscais da Secretaria de Meio Ambiente do Pará flagram transporte de madeira extraída ilegalmente. Laio de Almeida - 16.jul.20 / Folhapress

## Exportação em 2020 de madeira e produtos de madeira brasileiros

Os 20 maiores compradores



Apreensões de madeiras extraídas ilegalmente feitas pela Polícia Federal na operação Arquimedes



Fontes: Ministério da Economia e Polícia Federal

120 contêineres

2.400 m<sup>3</sup> de madeira extraída ilegalmente que deixaram de ser comercializadas na Europa

para identificar a origem do material natural apreendido.

Tanto os detalhes da Operação Arquimedes quanto a tecnologia utilizada no laboratório da PF no Amazonas foram apresentados a embaixadores convidados pelo vice-presidente Hamilton Mourão para uma viagem à Amazônia.

Na apresentação aos embaixadores, no entanto, a menção aos países onde há receptores de madeira ilegal foi feita para pedir colaboração dos respectivos governos no combate a essa prática.

A fala de Bolsonaro vai por outro caminho e deve aumentar as tensões com esses países na arena ambiental, destacaram diplomatas ouvidos pela Folha. Apesar da declaração do presidente, o próprio Ibama facilitou a exportação de madeira nativa brasileira a outros países neste ano.

O presidente do Instituto, Eduardo Fortunato Bim, publicou em fevereiro um despacho em que dispensou a necessidade de uma autorização específica do órgão para que outros países importassem o material extraído no Brasil.

Após a publicação da nova norma, ONGs como Greenpeace e ISA (Instituto Socioambiental) entraram na Justiça para rever a regra. No processo, as organizações afirmam que o Ibama atendeu a um pedido das madeireiras, que inclusive, agradeceram o presidente do

órgão pela medida. As ONGs argumentam ainda que a decisão de Fortunato contrariou parecer técnico do instituto, conforme elencam na ação.

Segundo dados do Ministério da Economia, o Brasil exportou, em 2020, o equivalente a 5,567 bilhões de quilos de madeira no valor de US\$ 2,071 bilhões para 154 países.

As organizações que tratam no tema no Brasil não têm um número estimado para o total de madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Há, porém, recortes estaduais.

Estudo do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) divulgado em abril deste ano, por exemplo, mostra que, dos 38 mil hectares de floresta amazônica no Pará explorados entre agosto de 2017 e julho de 2018, apenas 30% tinham autorização. Ou seja, 70% do total foram extraídos ilegalmente.

Dados do Instituto Centro Vida indicam que, em Mato Grosso, entre agosto de 2016 e julho de 2017, mais de 60 mil hectares da floresta foram explorados ilegalmente, representando 39% do total extraído pelas madeireiras.

Os países europeus protagonizaram os maiores choques com o governo Bolsonaro diante do aumento do desmatamento na Amazônia. Em 2019, às vésperas da reunião do G7, o presidente francês, Emmanuel Macron, chamou a onda de incêndios na Amazônia de "crise internacional". A fala do francês foi vista em Brasília como uma interferência na soberania nacional. Macron e Bolsonaro trocaram ataques.

A Alemanha, por sua vez, é uma das principais doadoras do Fundo Amazônia, mecanismo que financia projetos de preservação na região. No entanto, após Bolsonaro promover mudanças na gestão do fundo, tanto a Alemanha quanto a Noruega interromperam as contribuições.

A fala de Bolsonaro foi considerada problemática por diplomatas ouvidos pela Folha.

A divulgação de qualquer lista acusando governos estrangeiros de comprar madeira ilegal obrigaria esses países a responder publicamente, o que aumentaria as tensões. Também criaria um obstáculo na tentativa de atrair cooperação internacional para a redução dos índices de desmatamento.

A cúpula dos Brics ocorreu virtualmente devido à pandemia de Covid-19.

Durante a fala do presidente, houve uma falha no sistema de áudio e na tradução do português para o inglês. Quando o sinal foi restabelecido, Bolsonaro ironizou: "Apenas uma coincidência, quando falei sobre Amazônia, da madeira, o sinal caiu. Com toda a certeza, apenas uma coincidência".

**Leia mais no Painel, na pág. A4, e em Mundo, na pág. A19**

# Sem conter exploração ilegal, Bolsonaro tenta exportar a culpa para os europeus

## ANÁLISE

Ana Carolina Amaral

**SÃO PAULO** Ao ameaçar divulgar a lista de países importadores de madeira ilegal, o presidente Jair Bolsonaro tentou apontar como culpados pela devastação da Amazônia os países que pressionam o Brasil pela redução das taxas de desmatamento. "Esses países em parte têm responsabilidade de nessa questão", disse.

Seria um bom argumento se ele não fosse a justificativa explícita dos europeus, que já admoestram parte do problema ao demonstrar preocupação.

Bolsonaro, portanto, torna claro o motivo da apreensão europeia com o desmate da Amazônia, adotando discurso mais próximo das questões levantadas pelos estrangeiros. A pressão dos líderes euro-

peus vem, afinal, dos seus consumidores e eleitores, críticos do consumo ligado a desmatamento. Partiu deles a pressão que levou a rede de supermercados Tesco, no Reino Unido, a se unir ao Greenpeace em uma crítica à carne do Brasil. A ação levou o Reino Unido a tramitar uma lei que obriga suas empresas a garantir que suas importações não estejam ligadas a desmatamento.

Além da madeira, são commodities de risco a carne, a soja e o óleo de soja, no caso brasileiro, assim como o cacau, o couro, a borraça e o óleo de palma em outras regiões.

Até a Alemanha, que tem interesse em ampliar as relações comerciais com o Brasil, passou a expressar receio sobre o acordo comercial com o Mercosul — que está parado no Parlamento europeu — por conta do seu impacto no

desmatamento da Amazônia. Afinal, a facilitação do comércio com um país que não dá garantias ambientais sobre seu produto teria como consequência direta o incentivo ao desmate descontrolado. É justamente dessa responsabilidade que os europeus tentam se livrar ao não votar o acordo comercial, enquanto buscam leis, a exemplo do projeto britânico, que blindem suas importações.

O esboço de esclarecimento sobre as razões da crítica ambiental ao Brasil serve principalmente à plateia bolsonarista. O público-alvo dos discursos presidenciais teve a chance de ouvir de Bolsonaro uma versão mais realista das relações internacionais, o que também desmascara a improcedência de teorias conspiratórias usadas por Bolsonaro, como a hipótese de que esses

países gostariam de internacionalizar a Amazônia, atropelando a soberania brasileira.

Sem querer, Bolsonaro invalida sua própria ameaça à soberania nacional ao revelar que os europeus "têm responsabilidade nessa questão" e por isso opinam, criticam e até financiam soluções, como faziam através do Fundo Amazônia. Faltou mencionar, como presidente do país que detém a maior parte da Amazônia, sua responsabilidade.

As críticas internacionais ganharam mais veemência desde que o Brasil passou a ser governado a partir de um projeto antiambiental, que vem desmontando as estruturas de controle ambiental e fiscalização em todo o país.

A desregulamentação das políticas ambientais ganhou até bordão: "passar a boiada". Em março, após a revelação

da agência Reuters de que o Brasil exportou milhares de carregamentos de madeira da Amazônia em 2019 sem a autorização Ibama, o presidente do órgão decidiu extinguir a exigência de autorização.

Por sua vez, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, exonerou o coordenador geral para o monitoramento do uso da biodiversidade e comércio exterior, André Sôcrates de Almeida Teixeira, que foi contra a exportação de madeira sem autorização.

O ministro também avaliou a possibilidade de exportação de madeira in natura, um pleito de madeireiros Bolsonaro. O comércio de madeira ilegal não depende de um mercado clandestino já que ele acontece a partir da fraude nas informações inseridas em autorizações como o DOF, o Documento de Origem Florestal, exigido no transporte da madeira. Ou seja, o comprador adquire a madeira por vias legais e dificilmente conseguiria saber se a origem é ilegal.

O controle sobre a origem aumentou com a unificação dos dados através do Sinafor

(Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais). Criado pelo Ibama em 2017, ele identifica a origem de cada tora e o responsável pelo manejo da área.

No entanto, o comércio de madeira "esquematada" continua sendo um motor do desmatamento, enquanto a fiscalização recrudesce e a aplicação de multas é completamente paralisada. Nenhuma nova multa ambiental foi cobrada no último ano, segundo levantamento do Observatório do Clima a partir da Lei de Acesso à Informação.

Para além da lista de importadores, o presidente dispõe de todas as informações necessárias para combater a exploração ilegal de madeira: do monitoramento por satélite do Inpe à inteligência do Ibama sobre as áreas críticas e as operações de campo.

Em vez de usar esses recursos públicos para enfrentar o crime organizado que destrói o patrimônio ambiental brasileiro, o presidente escolheu destruir os órgãos de controle ambiental. Essa culpa não pode ser exportada.